

ANÁLISE TEMPORAL DAS LICENÇAS DE SAÚDE NO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL¹

Denise Oliveira Cruz²

Resumo: as doenças relacionadas ao trabalho passaram a ser temas constantes em discussões e pesquisas nos últimos anos, em virtude da preocupação despertada não só entre especialistas em saúde, mas também entre gestores de órgãos públicos, privados e previdenciários (ALMEIDA). Por sua vez, disciplinas como a Gestão de Pessoas afirmam que a saúde é um subcomponente do bem-estar, o qual se expressa por meio de indicadores psicológicos ou mentais e físicos ou fisiológicos. Nesse sentido, muitos estudos têm evidenciado que o trabalho exerce grande influência na saúde dos indivíduos (VITA-MOURÃO). No Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, há um grande número de licenças de saúde, assim, o objetivo deste estudo foi o de analisar a tendência temporal das taxas de afastamento do trabalho por motivo de saúde destes servidores, nos anos de 2008, 2009 e 2010, de modo a fornecer subsídios para programas de promoção da saúde do servidor. Constatou-se, então, um incremento no número de afastamentos em 2009 (27,09%) em relação a 2008. Já, em 2010, houve uma pequena redução de 8,7% em relação a 2009. Observou-se que servidoras mulheres estão mais sujeitas a adoecerem, bem como verificou-se que as doenças mais prevalentes são as psicológicas-psiquiátricas e as doenças musculoesqueléticas. Ainda, em relação ao tipo de enfermidade que acomete o servidor da Justiça Eleitoral, pôde-se constatar que estas também são as mais prevalentes em outros órgãos públicos pesquisados. Sugere-se, por conseguinte, maiores investimentos em ergonomia e programas de qualidade de vida.

Palavras-chave: Servidor público, licença, doença, saúde.

Abstract: work-related diseases have become a constant issue in discussions and research in recent years, due not only to the concern of health experts, but also of managers of public, private and social security organizations (ALMEIDA). On the other hand, disciplines such as People Management state that health is a subcomponent of welfare, which is expressed through psychological or mental and physical or physiological indicators. This way, many studies have shown that work has great influence on the health of individuals (VITA-MOURÃO). In the Regional Electoral Court of Rio Grande do Sul, there is a high number of sick leaves. The aim of this study is to analyze the time trends in rates of absenteeism due to health problems of these civil servants in the years 2008, 2009 and 2010, in order to provide inputs for health promotion programs. It was found an increase in the number of leaves in 2009 (27.09%) when compared to 2008. In 2010, there was a slight decrease of 8.7% in relation to 2009. It was observed that female servants are more likely to get sick, and the highest prevalences found were of psychological, psychiatric and musculoskeletal diseases. Regarding the type of illness that affects the servant of the Electoral Justice, it was noticed that these are also the most prevalent in other public agencies. Greater investment in ergonomics and quality of life programs is suggested.

Keywords: Civil servant, leave, sickness, health.

¹ Artigo apresentado à POSEAD – Pós-Graduação a Distância – Faculdade Grande Fortaleza – FGF como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista – MBA em Gestão da Psicologia Organizacional, sob a orientação da Prof^a Mestra Roberta Gueudeville Vita-Mourão, Porto Alegre/RS, fevereiro/2012.

² Administradora de Empresas, formada pela Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas (FAPCCA); Nutricionista, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Analista Judiciária Administrativa do TRE-RS, atualmente, lotada na Secretaria da Gestão de Pessoas.

INTRODUÇÃO

Os afastamentos do trabalho ocasionados por episódios de doença entre os servidores públicos têm sido, nos últimos anos, uma preocupação crescente dos governos nas esferas municipal, estadual e federal (NOGUEIRA et al., 2009).

A Licença para Tratamento da própria Saúde (LTS) está prevista na Lei nº 8112, de 1990. É concedida ao servidor impedido de exercer seu cargo por motivo de saúde, com remuneração por até 24 meses, prorrogáveis por idêntico período, mediante inspeção médica e atestado médico superior a três dias.

No Tribunal Regional Eleitoral, dados recentes (dezembro de 2011) apontam que há 736 servidores ativos, sendo 436 de nível médio (Técnico Judiciário) e 300 de nível superior (Analista Judiciário), distribuídos na capital e interior do estado (RIO GRANDE DO SUL, 2012).

O objeto do presente estudo é, então, quantificar o número destas LTSs, estratificando-as por sexo, idade e tipo de enfermidade. A finalidade é apurar se existe uma tendência temporal de aumento destas licenças e verificar quais doenças são prevalentes, bem como comparar os dados obtidos com outros órgãos públicos.

Pesquisar o afastamento do trabalho por doença é imprescindível para subsidiar debates sobre a condição de saúde e doença dos trabalhadores e elaborar políticas de promoção, prevenção e reabilitação da saúde.

DESENVOLVIMENTO

Significado de Saúde

Saúde é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de enfermidades. Este conceito, divulgado pela OMS, na carta de princípios de 1948, foi popularizado ao longo dos anos, entretanto acarretou diversas críticas, entre elas, a de que a saúde seria algo ideal e inatingível.

Boorse (1977, apud SCLIAR, 2007) propôs um conceito mais técnico: saúde é a ausência de doença. Assim, a classificação dos seres humanos como saudáveis ou doentes seria uma questão objetiva, relacionada ao grau de eficiência das funções biológicas, sem necessidades de juízos de valor.

Dejours (1992), por sua vez, afirma que saúde é um processo dinâmico, ou seja, a saúde de uma pessoa se forma e se transforma continuamente, num processo de interação circunstancial entre aspectos biológicos, psíquicos, culturais e sociais.

Os significados atribuídos em decorrência de valores culturais, familiares e pessoais cumprem papel de mediadores, pois atuam na determinação das necessidades, desejos, expectativas das pessoas e, portanto, na determinação do que é saúde e das práticas desenvolvidas para a busca desta no seu cotidiano (TAVARES, 2003).

Segundo Saiwa (1994 apud TAVARES, 2003), a saúde é uma questão eminentemente histórica e, portanto, ética, pois é um processo da ordem de convivência social e da vivência pessoal, deixando de ser não doença ou estado pleno de bem-estar, para tornar-se possibilidade objetiva e subjetiva de estar sempre buscando este estado, sendo que o direito à saúde se revela como essa possibilidade.

Saúde e trabalho

O estudo dos efeitos do trabalho na vida dos indivíduos teve início logo após a Revolução Industrial e se intensificou, ainda mais, nos últimos anos, depois da Segunda Guerra (NUNES; BINS, 2009). A partir da década de 70, o movimento sindical passa a fazer exigências para a saúde do trabalhador, tais como recusa de atividade danosa e assistência universal à saúde. Mais tarde, estabelece-se, então, um novo modelo chamado de Saúde do Trabalhador.

Segundo Dejours (1987; 1993; 1994 apud FERREIRA; MENDES, 2001, p.95), o trabalho contém vários elementos que influenciam a autoimagem do trabalhador, que por sua vez é razão para o sofrimento. Este, por sua vez, é inerente ao processo de trabalho, pois tem origem na robotização e mecanização das tarefas, nas pressões e imposições do trabalho, na adaptação à cultura ou ideologia organizacional. Este autor, então, passou a estudar as estratégias que o trabalhador utiliza para manter-se saudável apesar de certos modos de organização do trabalho patologizantes. O sofrimento pode ser transformado em criatividade e beneficiar a identidade – sofrimento criativo – ou pode tornar-se patogênico, podendo, então, encaminhar-se para doença quando as defesas individuais e coletivas fracassarem, neste caso, resta na dependência das condições individuais (estrutura do sujeito, história individual) e sociais (organização do trabalho e relações interpessoais no trabalho).

Estudos sobre estresse tentam identificar quais condições e características do trabalho concorrem para a produção desse estado. Em comum, as pesquisas sobre o assunto apontam que o estresse envolve sempre: um estímulo externo, produzido a partir das situações de trabalho; respostas psicológicas frente àquele estímulo e uma gama de consequências, nas quais o bem-estar do indivíduo está envolvido (ZANELLI; BORGES-ANDRADE; BASTOS, 2004).

Dentre as características do trabalho já identificadas como potenciais para provocar estresse, destacam-se os fatores externos (ruído, temperatura, poluição, iluminação, etc.); e a natureza do trabalho (atividades monótonas, repetitivas e fragmentadas). Também são apontadas como estressoras a sobrecarga de trabalho, conflitos e ambiguidade de papel (VITA-MOURÃO, 2010).

Serviço Público e saúde

Ribeiro (2010), em seu estudo, afirma que existe uma “lacuna” na legislação em vigor sobre a saúde do servidor público. Nessa perspectiva, as normas regulamentadoras vinculadas à Confederação das Leis do Trabalho são voltadas para trabalhadores celetistas, principalmente sob o aspecto da vigilância.

As Conferências Nacionais de Saúde do Trabalhador (CNST), em sua primeira e segunda edições, trataram a saúde dos servidores públicos de forma superficial, dando mais ênfase à questão da formação e remuneração destes trabalhadores.

Lacaz (2000 apud TAVARES, 2010) reforça que a III CNST, realizada em 2005, significou um retrocesso para os moldes da saúde ocupacional ao desconsiderar o papel do Sistema Único de Saúde (SUS) na saúde dos trabalhadores do setor público e também por suscitar práticas de fiscalização já vencidas pelo tempo.

Ramminger e Nardi (2007 apud TAVARES, 2010, p.22) acrescentam que o servidor público não está incluído na legislação de saúde e segurança do trabalho, sobretudo no que tange à fiscalização.

Schilling (1984 apud RIBEIRO, 2010) classifica as doenças relacionadas ao trabalho nos seguintes grupos: categoria I, doenças em que o trabalho é causa necessária, como intoxicações agudas; categoria II, doenças em que o trabalho pode ser um fator de risco, como hipertensão e neoplasias; e a categoria III, onde o trabalho é fator provocador de distúrbio latente ou agravador de uma doença preexistente, tais como doenças alérgicas, respiratórias ou mentais.

No Brasil, estudos atinentes ao perfil de morbimortalidade dos trabalhadores são insuficientes para conhecer adequadamente as características dessa população em relação ao processo saúde-doença-trabalho. No entanto, a magnitude do problema pode ser dimensionada a partir dos custos que tais afastamentos representaram para os cofres públicos. O valor correspondente ao auxílio-doença previdenciário, concedido em 2005, pelo Ministério da Previdência Social, alcançou R\$1,1 bilhão. No serviço público federal, as aposentadorias precoces e os afastamentos do trabalho, em 2005, contabilizaram para a União um custo de R\$300 milhões (CUNHA; BLANK; BOING, 2009).

O problema não se encerra em discussões teóricas, na verdade, o que ocorre, na maioria dos órgãos públicos, é que os serviços médicos, em geral, funcionam de forma isolada, tendo como principal função a perícia médica. Ademais, sabe-se que o serviço público investe mais no controle do absenteísmo do que nas ações coletivas. A inexistência de um sistema de informações unificado em relação a esta categoria dificulta a formação de um perfil epidemiológico e, por conseguinte, a formulação de políticas públicas para este trabalhador (TAVARES, 2010).

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa descritiva, quantitativa e documental, pois é a tipologia que possibilita atender mais adequadamente aos objetivos do estudo, bem como destacam-se outras características do estudo que permitem a escolha deste tipo de pesquisa:

- Existem grupos de referência para comparação com a situação que se deseja estudar: servidores públicos de outros órgãos que gozam de licença de saúde.
- Papel passivo do autor na condução do estudo, cabendo a este apenas a coleta e compilação de dados; não há proposição de nenhum tipo de intervenção.
- Coleta feita em único momento do estudo, através da análise de documentos e banco de dados da instituição.

A população estudada foi composta de servidores públicos ativos do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) que fizeram uso de licença de saúde nos anos de 2008, 2009 e 2010.

A coleta de dados foi realizada no Relatório Estatístico da SAMOA, Banco de Dados SGRH (Sistema de Gestão de Recursos Humanos) e Intranet do Tribunal. Para a compilação dos dados foi utilizado o software Excel, 2007.

Quanto aos aspectos éticos, salienta-se que pesquisadora não teve acesso aos nomes dos servidores afastados e suas respectivas moléstias em nenhum momento da coleta. A pesquisa foi autorizada pelo responsável pela Coordenadoria de Pessoal, com anuência do Serviço Médico e Ambulatorial do TRE-RS.

RESULTADOS

No ano de 2008, houve 1.329 afastamentos por motivo de doença no TRE-RS, sendo que este montante refere-se aos servidores lotados na capital e nas cidades do interior do estado. Já em 2009, houve 1.689 afastamentos e, em 2010, foram gozadas 1.554 Licenças para Tratamento da Saúde. Observa-se um incremento de 27,08% em 2009 em relação a 2008. Em 2010, houve uma pequena diminuição de 8,7% no número

de LTS em relação a 2009. Destaca-se que 2008 e 2010 foram anos em que ocorreram eleições municipais e gerais, respectivamente, períodos de maior sobrecarga de trabalho na Justiça Eleitoral.

Tabela 1 - Licenças-saúde por tipo de enfermidade TRE-RS

Tipo Enfermidade	2008	2009	2010
Grupo I – Doenças cardíacas	38	71	87
Grupo II – Doenças respiratórias	96	152	150
Grupo III – Doenças psicológicas- psiquiátricas	458	585	567
Grupo IV – Doenças musculoesqueléticas	410	440	430
Grupo V – Cânceres	95	63	108
Grupo VI – Outras doenças não relacionadas anteriormente ¹	232	378	212
Total LTS	1329	1689	1554

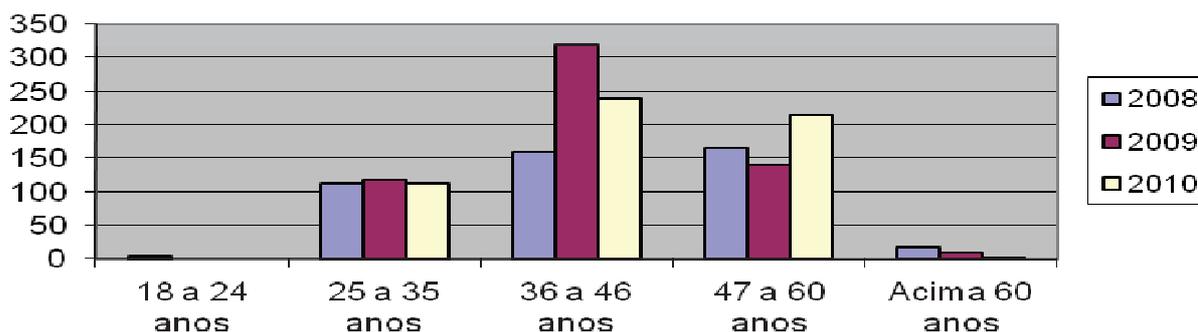
Fonte: Adaptado do Mapa Estatístico SAMOA¹.

Observa-se que as patologias mais prevalentes no TRE-RS são as doenças psicológicas-psiquiátricas e as doenças musculoesqueléticas.

Em relação ao gênero, constatou-se que as mulheres utilizaram mais as LTSs nos três períodos analisados. Quanto ao tipo de enfermidade, as servidoras acometidas por doenças psicológicas-psiquiátricas utilizaram 257 licenças em 2008; 373 em 2009 e 330 em 2010. Já os números para os servidores foram: 201, 212 e 237 licenças de saúde, respectivamente. Quanto às doenças musculoesqueléticas, as servidoras utilizaram 241, 288 e 276 licenças, enquanto que os servidores, nos mesmos períodos, tiveram 169, 152 e 154 licenças de saúde. Ainda que as servidoras tenham se ausentado maior número de vezes que os servidores, destaca-se, entretanto que, em relação às doenças psicológicas-psiquiátricas, houve um incremento no número de licenças obtidas por homens de 5,47%, em 2009, quando comparado a 2008. Em 2010, esse aumento é de 11,80% em relação a 2009.

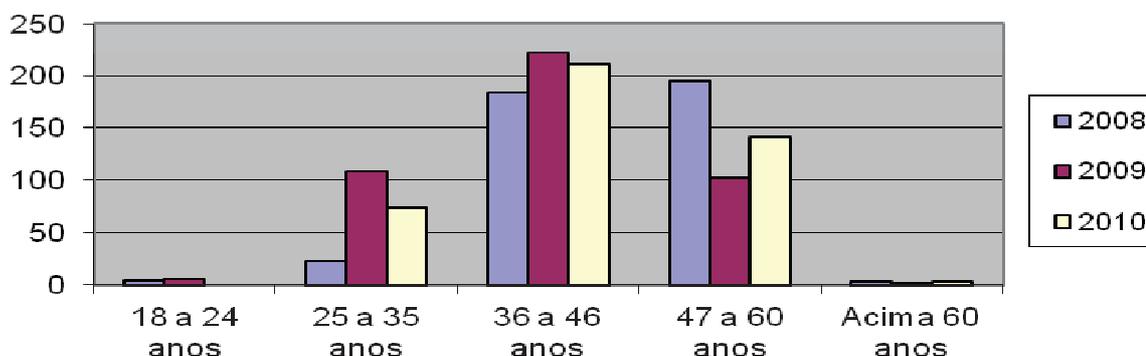
Quanto à faixa etária, ressalta-se que o maior número de servidores desta instituição se situa na faixa dos 36 aos 60 anos, logo é esperado que esta seja a mais prevalente. A seguir, a distribuição das doenças por faixa etária.

Gráfico 1 – Número de licenças de saúde por faixa etária, em virtude de doenças psicológicas-psiquiátricas



Fonte: Dados da Pesquisa.

Gráfico 2 - Número de licenças de saúde por faixa etária, em virtude de doenças musculoesqueléticas



Fonte: Dados da Pesquisa.

Destacou-se na coleta feita, em relação às doenças psicológicas-psiquiátricas que, em 2009, houve 318 licenças na faixa etária dos 36 aos 46 anos, número este que foi quase o dobro do verificado em 2008, quando deram-se apenas 160 licenças. Este fato observa-se também no grupo das doenças musculoesqueléticas, em 2008, houve apenas 23 licenças na faixa etária dos 25 aos 35 anos, enquanto que, em 2009, este número foi de 108 licenças. Ou seja, um incremento de 469,56%.

DISCUSSÃO

Os dados obtidos no TRE-RS evidenciam um aumento no número de licenças em 2009 e uma diminuição em 2010. Em relação ao tipo de enfermidade que acomete o servidor da Justiça Eleitoral, individuou-se que estas também são as mais prevalentes em outros órgãos públicos. Almeida (2010), em um estudo que avaliou 25.696 servidores concursados de 41 órgãos do Poder Executivo do Estado de Tocantins, entre os anos de

2006 e 2008, constatou que, do total de licenças nesse período, 12,74% foram em decorrência de transtornos psiquiátricos.

Cunha, Blank e Boing (2009), em um estudo ecológico-exploratório realizado no Estado de Santa Catarina, no período de 1995 a 2005, obtiveram achados importantes que vêm ao encontro dos dados obtidos no Tribunal Eleitoral. Os afastamentos por motivo de saúde foram prevalentes entre as mulheres (75,90%), na faixa etária de 41 a 50 anos de idade (44,65%). Os principais motivos de afastamento foram transtornos mentais e comportamentais (25,30%) e doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo (20,54%). Quanto aos diagnósticos específicos, verificou-se que os mais frequentes foram os transtornos depressivos moderados e episódios depressivos, totalizando 32,32% do total de casos deste grupo de doenças. Quanto ao segundo tipo de doença mais prevalente, os diagnósticos mais comuns foram sinovites e tenossinovites (17,69%) e dor lombar baixa (16,27%). Nos diversos estudos analisados, observa-se que as mulheres apresentam taxas de afastamento superiores às observadas nos homens. Infere-se que algumas das causas seriam: maior autopercepção da saúde, questões hormonais e genéticas, maior utilização dos serviços de saúde e também por uma questão cultural.

Tavares (2003), em sua dissertação de mestrado, realizou estudo exploratório no Tribunal Regional Federal da 3ª região e obteve dados similares aos encontrados no TRE-RS, ou seja: prevalência de distúrbios musculoesqueléticos e psicológicos entre servidores judiciários. Em diagnósticos médicos pesquisados, 24,1% destes referiam-se a doenças musculoesqueléticas. Profissionais da área da saúde e social do TRF apontaram, em levantamento preliminar, que os transtornos mentais são a principal causa de afastamento de servidores.

Sala et al. (2009) analisaram os afastamentos por doença na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e verificaram que os diagnósticos que frequentemente motivaram as licenças-médicas correspondem a doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo, 21,5% e transtornos mentais e comportamentais, 19,2%.

De acordo com Nogueira et al. (2009), conforme pesquisa realizada com servidores públicos civis e militares do Estado do Ceará (n=78.569), verificou-se que 30,1% dos episódios de afastamentos motivados por doença foram em decorrência de transtornos mentais e comportamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados, é necessária uma comparação com outro período subsequente (2011) para evidenciar se de fato o número de LTS está decrescendo (houve 27,08% de aumento nas licenças de 2009 em comparação a 2008; em 2010, houve diminuição de 8,7% em relação a 2009).

Ressalta-se que a principal limitação do trabalho foi a impossibilidade de comparar os diagnósticos obtidos no TRE-RS com os de outros órgãos públicos para, de fato, comprovar de que se tratam das mesmas patologias. Ainda assim, há medidas que podem ser implementadas para a promoção da saúde dos servidores. Existem muitas evidências de que as doenças musculoesqueléticas podem ser agravadas pelo ambiente de trabalho, dessa maneira, intervenções ergonômicas podem contribuir não apenas para a prevenção destes problemas, mas também para aumentar os níveis de satisfação e eficiência dos servidores. Programas de qualidade de vida contribuem para o aumento do autocuidado, promovem a integração entre os servidores e, principalmente, fazem com que as pessoas se sintam mais importantes e valorizadas, elementos importantes para a saúde psíquica de qualquer indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lincoln José Cueto de. **Afastamentos por transtornos psiquiátricos em servidores públicos estaduais do Tocantins entre 2006 e 2008**. 2010. 86 fls. Dissertação (Mestrado em 2010) – Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade de Brasília. Brasília, 2010.
- CUNHA, Jane Bittencourt; BLANK, Vera Lúcia G.; BOING, Antonio Fernando. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). **Revista Bras. Epidemiologia**, São Paulo, v.12, n.2, p.226-236, 2009.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez Obore, 1992.
- FERREIRA, Mário César; MENDES, Ana Magnólia. Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau-humor: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. **Estudos de Psicologia**, Brasília, v. 6, n.1, p. 93-104, 2001.
- NOGUEIRA, Carla Valéria et al. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos do Estado do Ceará. In: VI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO. 5, 6, 7 de agosto de 2010. **Anais...** Rio de Janeiro-RJ.
- NUNES, Aline Vieira de Lima; BINS, Samuel Lincoln Bezerra. Servidores Públicos Federais: uma análise do prazer e sofrimento no trabalho. **RPOT**, São Paulo, v.9, n.1, p.51-67, jan./jun. 2009.
- RIBEIRO, Cristina Aparecida Neves. **Perfil do absenteísmo por lombalgia nos servidores público municipais da cidade de Goiânia**. 2010. 103 fls. Dissertação (Mestrado em 2010) – Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. **Quantitativo de cargos**. Disponível em: <<http://www.tre-rs.jus.br>>. Acesso em: 03.01.2012.

SALA, A. et al. Licenças-médicas entre trabalhadores de secretaria de estado de saúde de São Paulo de 2004. **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v.25, n.10, p.2168-78, 2009.

SCLIAR, Moacyr. História do conceito de saúde. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.29-41, 2007.

TAVARES, Daniela Sanches. **O sofrimento no trabalho entre servidores públicos: uma análise psicossocial do contexto do trabalho em um Tribunal Judiciário Federal**. 2003. 152 fls. Dissertação (Mestrado em 2003) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

VITA-MOURÃO, Roberta Gueudeville. **Justiça organizacional e bem-estar pessoal do trabalhador**. Brasília/DF: Posead – Educação à Distância/FGF, 2010.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. **Psicologia, Organizações e Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2004.